

Bispos apontam frustração do povo brasileiro

Porto Alegre — Uma nota que adverte para a frustração generalizada do povo e para a incapacidade do PMDB de corresponder às expectativas populares e de legitimar-se no poder, através de uma atuação conseqüente e satisfatória, foi divulgada ontem pelos presidentes da Igreja Metodista, bispo Isac Aco, Episcopal, bispo Cláudio Gastal, e da 4ª Região Eclesiástica da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, pastor Humberto Kircheim.

Os três preladados destacam o temor que se generaliza junto à população de que "venhamos a ter uma Constituição que perpetue uma legislação econômica e fundiária anterior mesmo a 1946. Alertamos ao governo e aos constituintes que querer restaurar a democracia sem resolver os graves problemas de justiça social é uma falácia".

As raízes da frustração do povo brasileiro se distribuem no plano econômico, com "a derrocada do Plano Cruzado, bombardeado pelos grandes monopólios e pelos detentores do poder financeiro, bem como da retomada do processo inflacionário e da recessão", e no aspecto político pela incapacidade do PMDB de corresponder às expectativas e de falta de uma atuação satisfatória.

Para os líderes das três igrejas, a causa da maioria desses problemas está nos "grandes interesses econômicos internacionais que interferem na nação brasileira, na política de dominação do imperialismo internacional e na aliança que este estabelece com grupos nacionais que se privilegiam da situação". A comprovar essa situação, citam a impunidade dos grandes escândalos econômicos nacionais "que até agora recaem apenas sobre as camadas mais pobres da população, obrigadas a suportar o descrédito e a crescente frustração do povo em relação às lideranças políticas". Se os executivos a nível nacional e estadual não conseguirem equacionar os problemas, "estarão contribuindo para disseminar o germe da desesperança presentes na vida do povo e que começa a se revelar em atos públicos de desespero".

Sistema Eleitoral

Emenda volta a propor Tribunal Constitucional

A criação de um Tribunal Constitucional voltou a ser defendida pelo deputado Nelson Friedrich, do PMDB do Paraná, que reapresentou sua proposta como emenda substitutiva ao anteprojeto da Comissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos. Nelson como forma de protesto ao tratamento dispensado à matéria pelo relator Prisco Viana, recortou e colocou no formulário de apresentação de emendas o texto do seu relatório apresentado à Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas, onde foi o relator.

Friedrich disse que a criação do Tribunal Constitucional poderá ser a grande conquista da Assembléia Nacional Constituinte, com a finalidade de analisar os abusos contra a Constituição. "Sua composição será democrática e com representação de indicados pelo Conselho de Magistrados, Câmara dos Deputados, Senado Federal, OAB, Ministério Público, tendo um equilíbrio entre seus componentes", argumenta. Os juizes serão escolhidos entre pessoas de reconhecida capacidade jurídica, posições democráticas e preocupação com os direitos humanos. O cargo, ainda segundo Friedrich, não será vitalício, nem permitirá reeleição. O deputado, afirma que o melhor exemplo da importância de um Tribunal Constitucional pode ser encontrado na Constituição de 1946, que determinou a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. Até 1967, enquanto durou a Constituição, não houve a regulamentação e os trabalhadores continuam sem esse direito. "Com o Tribunal, o Congresso seria acionado e, em caso de não tomar as devidas providências, o próprio Tribunal avocaria a si as providências para a regulamentação da Lei".

Declarando que a proposta conta com o apoio da OAB, CNBB, diversas associações de magistrados e como opositores declarados apenas os deputados Prisco Viana e Nilson Gibson, Nelson Friedrich lamenta que a posição da Subcomissão e todas essas solicitações não tenham sido levadas em conta por Prisco quando da elaboração do seu anteprojeto, sendo simplesmente suprimida. O relator, quando do debate na Comissão, deu uma explicação simples: "Convencimento pessoal, por entender que já temos o Supremo". Friedrich protesta. "O Tribunal não acaba com o Supremo, apenas tira daquela Corte os casos em que envolva o não cumprimento de normas constitucionais".

AGENDA — A próxima reunião da Comissão está prevista para sexta-feira, às 9 horas, quando se iniciarão as discussões e votação do substitutivo final do relator, Prisco Viana está analisando as 569 emendas que a Comissão recebeu até a meia-noite de terça-feira.



A legalização do aborto foi contestada ontem por grupos cristãos

Direitos do Homem atinge 711 emendas

O substitutivo preliminar da Comissão da Soberania e dos Direitos do Homem e da Mulher recebeu 711 emendas, abrangendo as mais variadas questões, desde as controversias envolvendo a expressão "orientação sexual", até proibições ao voto destituente, à Defensoria do Povo, ao Tribunal de Garantias Constitucionais e à fabricação nacional de armamentos bélicos com fins de exportação. O relator da Comissão Temática, senador José Bisol, tem prazo até as 15 horas desta sexta-feira para analisar esta verdadeira "salada" de propostas e apresentar o substitutivo definitivo para a votação dos parlamentares.

O deputado Milton Barbosa (PMDB-BA), que apresentou emenda suprimindo a expressão "orientação sexual" da letra f da alínea III do 3º artigo dos Direitos Individuais, justificou que "não é lícito que os pervertidos sexuais queiram fazer proselitismo de suas perversões". Já o pedecista Narciso Mendes ressalta que "Bisol inova sem enriquecer e, sobretudo,



sem dar nenhuma quantia de fato". Mas o peemedebista Nyder Barbosa investe sobre a proposta afirmando que "ela abre um perigoso precedente, pois é um comportamento desordenado e ruim para o desenvolvimento normal da sociedade". Antônio de Jesus (PMDB-GO) considerou inaceitável legalizar "aberrações, taras, psicoses e outras anomalias clinicamente tratáveis". O deputado Darcy Pozza (PDS-SP), revelou que a inclusão do termo em polêmica significa "liberalizar relações ninfomaniacas, e que a nova Constituição deve incorporar conquistas sociais e não aberrações sexuais". O senador Olavo Pires

(PMDB-RO) acrescentou ao inciso I do artigo 3º que é lícita a interrupção da gravidez quando originada de violência. "A mulher foi feita para germinar no ventre o fruto do amor, e não do ódio; obrigá-la a gerar a semente da violência é submetê-la a uma violência maior", disse. A deputada Lúcia Braga (PFL-PB) e Lúcia Alcântara (PFL-CE) sugeriram que a produção e o tráfico de drogas fossem caracterizados como crime inafiançáveis, como a tortura. Já Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF), defendeu que seja garantido ao cidadão o direito de exigir da União a prestação de contas da arrecadação e aplicação dos impostos cobrados.

Os petebistas Ottomar Pinto e Marluce Pinto pediram a extinção do inquérito policial como peça informativa do processo.

Agenda: O relator da Comissão da Soberania e dos Direitos do Homem e da Mulher tem prazo até as 15 horas de sexta-feira para analisar as emendas e apresentar o substitutivo definitivo para votação

Fruet tenta coibir censura

As diversões e os espetáculos públicos, incluídos os programas de televisão e rádio, não ficarão sujeitos à censura, respondendo cada um, na forma da lei, pelos abusos que cometer — de acordo com a emenda do deputado Maurício Fruet (PMDB-PR) ao anteprojeto da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, elaborado pelo relator José Paulo Bisol (PMDB-RS). O senador Ronan Tito (PMDB-MG) apresentou emenda que inclui, entre os direitos e liberdades in-

dividuais, a vida digna, desde sua concepção até a morte natural, por sua vez, o senador Olavo Pires (PMDB-RO) propôs a legalização do aborto, quando a gravidez for originada da violência, justificando que a mulher foi feita para germinar no ventre o fruto do amor e não do ódio.

A deputada Maria de Lourdes Abadia (PFL) propôs, em emenda, a capitulação da corrupção, na Constituição, como direitos políticos do cidadão, ou seja, perceber, negociar, ou intermediar

vantagens em espécie ou moeda corrente no trato das finanças, dos recursos, dos serviços ou de quaisquer outros interesses públicos.

O senador Nelson Wedekin (PMDB-SC) propôs, em emenda, a extinção do pagamento de subsídios e demais benefícios aos ex-presidentes da República, ex-governadores e ex-prefeitos, obtidos em função do exercício do cargo. O deputado Lúcio Alcântara (PFL-CE) apresentou emenda estabelecendo que a menoridade civil cessará aos 18 anos.

Sarney diz a Brossard que jornal mente

O presidente Sarney telefonou ontem ao ministro da Justiça, Paulo Brossard, para comentar notícia publicada em jornal do Rio que mostrava um grande desgaste do ministro dentro do governo e apontava a existência de um trabalho do Palácio do Planalto para levá-lo a demitir-se do cargo.

O presidente Sarney disse ao ministro que a notícia é infundada e que estava mesmo estupefato com a informação publicada. Paulo Brossard viajará amanhã, para Viena, onde participará da Conferência Internacional sobre o Uso e Tráfico Ilícito de Drogas.

Deputados são julgados

Os deputados Aloisio Nunes Ferreira e Rute Escobar, ambos do PMDB, voltam hoje ao banco dos réus: eles serão julgados, em grau de recurso, pelo Superior Tribunal Militar, acusados de terem infringido a Lei de Segurança Nacional. No julgamento que houve em São Paulo, Aloisio foi absolvido, mas Rute Escobar acabou sendo condenada.

Prefeitos são contrários à prorrogação

Recife — As teses de prorrogação dos mandatos dos prefeitos e de um mandato-tampão (eleição municipal por dois anos, com direito à reeleição) são "uma aberração", uma "imoralidade" e "um casuismo". Assim, 18 prefeitos de capitais, reunidos ontem em Recife para empossar Jarbas Vasconcelos como presidente da Associação Brasileira de Prefeitos das Capitais (ABPC), tacharam tais propostas, levantadas por alguns constituintes.

Eles decidiram manter reuniões periódicas em Brasília, como forma de influir na Constituinte, através da defesa de bandeiras como uma ampla reforma tributária, e vão lutar para que a reforma estabelecida pela nova Carta passe a vigorar já a partir de 1º de janeiro de 88.

Em seus discursos, os prefeitos delinearão um mesmo quadro: a "angústia financeira" e o enorme esforço para conseguir pagar a folha do funcionalismo no final do mês e a dificuldade de conceder os gatilhos.

Líder do PMDB nega que haja remanejamento

O vice-líder do PMDB na Câmara, deputado Miro Teixeira, explicou, ontem, que, segundo o Regimento Interno da Constituinte, compete às lideranças partidárias indicar os integrantes das subcomissões e comissões temáticas, podendo substituí-los por parlamentares que integram comissões diferentes e não necessariamente pelos suplentes.

Conforme Miro Teixeira, embora o senador Mário Covas tenha esta possibilidade, não fará troca ou substituições de constituintes para evitar a derrota até mesmo de pontos programáticos, porque considera o recurso pouco ético. O que o senador por São Paulo vem fazendo, acentuou o vice-líder peemedebista, é orientar os seus liderados a votarem de acordo com as posições e compromissos partidários.

Ainda que não tenha nenhuma garantia de que conseguirá fazer prevalecer tais posições, o senador paulista não vai substituir peemedebistas.